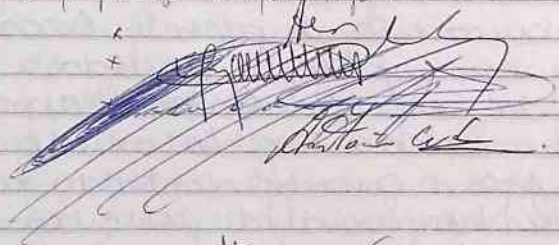


do Vereador Alfredo Luiz do Rocha Brandes. Após o encerramento do
 autor o Vereador Carlos do Rocha Brandes, em exercício de Aldeia, realizou
 conferência de "quorum". Em atendimento o Senhor Presidente em exercício
 Vereador Antônio Carlos Pereira do Rocha realizou ao Senhor Primeiro Se-
 cretário, Vereador Luiz Antônio de Azeite Costa que produziu o chama-
 da regimental. Não havendo número regimental, constatado pelo Senhor
 Primeiro Secretário e Senhor Presidente em exercício encerrou a presen-
 te sessão em nome de Deus. E para constar, manda que se lavrasse a pre-
 sente Ata, que depois de lida, rubricada e aprovada, a presente Ata, aprova-
 da será assinada para que produza seus efeitos legais.



 Luiz Antônio de Azeite Costa

Ata da Sessão Sessão
 Ordinária do Primeiro
 Período Legislativo da Câ-
 mara Municipal de Cabo
 São, realizada no dia
 27 de fevereiro do ano
 de mil, novecentos e no-
 venta e seis (1996).

As dezeto horas do dia vinte e sete
 de fevereiro, do ano de mil, novecentos e no-
 venta e seis, sob a Presidência do Vere-
 dor Luiz Silva do Rocha e com a ocu-
 pação da Primeira Secretária pelo Vere-
 dor Luiz Antônio de Melo Colias, reuniu-
 se Ordinariamente a Câmara Municipal
 de Cabo São. Além desses, responderam a
 chamada regimental os seguintes Vereadores

res: Adailton Sinto de Andrade, Aires Bessa de Siqueira, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Sincade, Dirlei Pereira da Silva, Eduardo Corrêa Kita, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schwindt, Marcos da Rocha Mendes, Milton, Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Sinto e Waldir Maurício de Aguiar Neto. O Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano em curso. Após o cumprimento do rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Sr. Eduardo Luiz, Antônio de Melo Cotias que procedesse a leitura do Expediente e Ordem do Dia, registrados na pauta e afixados no portal da Câmara. Encerrada a leitura da Pauta, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para os Senhores inscritos em livro próprio. Como primeiro orador inscrito, fez uso da palavra o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do PT, fazendo um detalhado relato do que ocorreria com os trabalhadores da Usina Aguiá, no período que antecederia o Carnaval, e durante o Carnaval, cuja poluição só veio a ocorrer na última sexta-feira, quando um grupo de cento e quarenta trabalhadores, após acordo da OAB com a Empresa Aguiá, haviam rescindido o contrato de trabalho e assim haviam retornados ao local de origem.

disse ser impossível não haver uma tomada de posição quando trabalhadores eram explorados de forma vil. Sabu que três trabalhadores haviam conseguido entrar em contato com a CUT de Minas Gerais, e assim havia tomado conhecimento dos graves problemas que envolviam tal grupo de trabalhadores na Agriusa. Disse que na quarta-feira, antes do Carnaval, havia acompanhado representantes da Federação e da Comissão Pastoral da Terra até o alojamento dos trabalhadores da Agriusa. Enfatizou que não haviam tido problemas para entrar, e foi constatado a presença de quase duzentos trabalhadores em situação precaríssima quanto a acomodações, com camas feitas de antebraços de construção, com alguns dormindo a seus andares do chão, sem nenhuma guarda, um banheiro para duzentos trabalhadores, que só era aberto após as seis horas da tarde, e assim alguns eram impedidos de usar-lo, apenas por não estarem participando do cortejo da cara, ou pelo fato de estarem doentes. Com relação a alimentação fornecida pela Agriusa, disseram que era manuseada de forma mais adequada possível, sem nenhuma higiene. Com relação a saúde, disse que nenhuma assistência era prestada pela Empresa, e o transporte dos trabalhadores para o cortejo era feito em carro de bois, tendo havido inclusive um acidente no período descrito. Observou que após a documentação dos fatos com fotografias, foi mantido contato com a OAB, com a Vigilância Sanitária do Município

com a Superlândia Epidemiológica, porque os trabalhadores eram guardados de noite em quitação por esquistossomose, no Norte de Minas Gerais, e assim, havia a possibilidade de de haver alguma contaminação, e como uso da lagoa que era local de banhos eram necessárias pesquisas no local na possibilidade de de haver um agente contaminador da moléstia. Posteriormente, disse que na quarta-feira, dia quinze de fevereiro, havia sido feita uma assembleia com os trabalhadores, através da Federação e dos sindicatos presentes, e o grupo decidiu pela falta de condições para permanecerem no local, e solicitando da Federação transporte para serem alojados no pimento localizado dentro dos camions, de seis, cada um compromisso para que permitia trabalhadores fossem retirados de tal alojamento. Disse que no dia seguinte, com a chegada de dois ônibus, foi constatado que em vez de setenta, haviam cento e quarenta trabalhadores. Após os trabalhos serem conduzidos para o Fórum de Cabo Frio, não tendo sido encontrada nenhuma autoridade de plantão, nem mesmo na Justiça do Trabalho, ou na Delegacia de Polícia Federal, visto tratar-se de crime federal, por ser trabalho escravo comprovado de forma bem clara. Disse que tais trabalhadores começavam a labutar às cinco horas da manhã, voltavam às três horas da tarde e recebiam quatro reais e eram descontados dois reais pela refeição, ou seja, requisição por cento de um dia de trabalho.

Udo disse que os trabalhadores haviam se
 reunido na Praça do Fórum, com o apoio da
 OAB, que através de petições enviara depen-
 dimento de vários grupos de trabalhadores ao
 Ministério Público do Trabalho. Disse que tais
 trabalhadores foram trazidos em lotes, por
 grupos, através de contratos com empurteiros,
 na região de Uirapuru, e que faziam contratos
 com os empurteiros. Prosseguiu disse
 que na noite de quinta-feira, após negocia-
 ção com o Governo Municipal, os trabalhado-
 res haviam sido levados para a Fazenda
 Campos Naves, mas infelizmente o galpão que
 recede não tinha condições, pois recentemente
 havia sido local para exposição agropecuá-
 ria, e estava na mais completa imundicia.
 Prosseguiu, disse que os trabalhadores haviam
 sido transportados para a Escola Nilo Botelho
 com alguns problemas sendo registrados,
 pois os costumes de tais pessoas eram um
 pouco distintos dos costumes a que todos es-
 tavam habituados, e havia presenciado ce-
 nas de carne sendo consumida crua, com
 as mãos, com a água sendo alvo de vários
 outros ataques, mas, dava até para entender
 na medida em que seus humanos eram
 levados a tal degradação. Prosseguiu em
 seu relato, disse que o Município voltara a
 celebrar no dia seguinte, o galpão da fazen-
 da Campos Naves a disposição, só restando
 a mobilização dos trabalhadores e limpar
 o local, com a alimentação sendo operada
 da pela Secretária Municipal de Saúde, Sr.
 Jussara Célia Barreto. Disse que os colonos

haviãam sido fornecidos pela sociedade cabo
quinte, representado por igrejas principalmente,
que tanto se preocupavam com o pró-
prio e que tanto se preocupavam em fa-
zer propaganda das suas obras sociais, co-
mo se fosse necessário a igrejas, tais pró-
cedimentos. Disse que tais segmentos reli-
giosos não havia se dignado, sequer um
padre ou pastor, dizer uma palavra de
condôo aos trabalhadores que viviam um
drama tão intenso. Disse que infelizmente
havia saltado água, comida, com o desespero
tomando conta, com alguns ficando
dentos. Disse que nem a FETAG e nem a
CONTAG haviam permanecido com os traba-
lhadores no período crítico de Carnaval,
que as negociações só haviam se iniciado
na quinta-feira após o Carnaval, tendo
que registar a presença constante na me-
sa de negociações, do Procurador Geral da Ca-
mara, Sr. Manoel Martins, inclusive negocian-
do com a Aguiça durante o Carnaval, e com
seu conhecimento de Direito Trabalhista fora
de vital importância quanto ao sumo das
acordos, e assim, as perdas dos tra-
balhadores haviam sido minimizadas. Disse
que no acordo, a Aguiça não reconhecia
que violava os Direitos do Trabalho, impon-
do que a cláusula fosse uma cláusula
"mea culpa", em que antes disso, alguns
terceiros salários, férias, fossem pagos pela
empresa, com empresa abrindo mão do
desconto de duas férias com relação a ali-
mentação. Resumindo, disse que já haviam

recebido a vista de representante da Polícia
 Civil, e junto com o Procurador Geral da
 Câmara eiva sei elaborado um relatório
 sobre o ocorrido, com todos os fatos sendo de-
 talhados e que tal relatório seja apresentado
 para que fosse um ato da Câmara Municipal
 de Cabo São e assim encerre sua parte. Não
 havendo mais oradores inscritos para o uso
 da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os
 trabalhos ao momento dedicado a Ordem
 da Mesa. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes
 matérias: Aprovadas as Solicitações de recursos
 nos 007, 008, 009 e 010/96; Aprovadas as Indica-
 ções de números 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008,
 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018 e 019/96.

Encerrada a Ordem do Dia, o Senhor Presi-
 dente anunciou a Tribuna para Explicação Pessoal.
 Não havendo Senador para fazer uso da Tribu-
 na em Explicação Pessoal, o Senhor Presi-
 dente comunicou ter em mãos o parecer da Co-
 missão de Constituição e Justiça ao Seto do
 Prefeito Municipal, Veto Integral ao Projeto de
 Lei 1346/95 e também Veto Integral ao Projeto
 de Lei 1345/95. Disse que os Setos devam apreciar
 os em próxima reunião, e também na próxi-
 ma reunião devam tratar as novas Comissões
 criadas pelo Regimento Interno em sua re-
 va futura, Comissão de Educação e Cultura,
 Comissão de Saúde, Saneamento e Meio Ambien-
 te. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Pre-
 sidente encerrou a presente Sessão. É pro-
 constar, mandou que se lavasse a presente
 Ata, que depois de lida, submetidas à aprecia-
 ção plenária, aprovada, seja assinada para

que produz ~~Plus repetidas vezes~~
1 vez



Ata da Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo São, realizada no dia 29 de fevereiro do ano de mil, novecentos e noventa e seis (1996).

As dezeto horas do dia vinte e nove de fevereiro, do ano de mil, novecentos e noventa e seis, sob a Presidência do Vereador "ad hoc" Antônio Carlos Seira da Cunha e com a ocupação da primeira Secretária pelo Vereador Luiz Antônio de Melo Cotias, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo São. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Jus Bessa de Aguiar, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Saindade, Carlos Roberto da Silva dos Santos, Dirlei Seira da Silva, Edmar do Carmo Kita, Ivan Luiz de Araújo, Cleaquim Schmitz, Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Seira de Souza, Orlando da Silva Seira, Gilas Rodrigues Bento e Waldir Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta